

# III CONGRESSO NACIONAL DE PESQUISA JURÍDICA

## OS DESAFIOS DA SUSTENTABILIDADE DEMOCRÁTICA



## CRÍTICA ACERCA DA ESTRUTURA MISTA NO DIREITO PROCESSUAL PENAL

### Autor(es)

Marcos Paulo Andrade Bianchini  
Gustavo Nunes Andrade  
Marcus Vinicius Pimenta Lopes  
Victor Valdivino Andrade Soares  
Ivone Alves De Sousa Santos  
Luciana Calado Pena  
Renata Apolinário De Castro Lima

### Categoria do Trabalho

Iniciação Científica

### Instituição

FACULDADE ANHANGUERA DE BELO HORIZONTE - UNIDADE ANTONIO CARLOS

### Introdução

Os sistemas processuais se desenvolveram no mundo e atualmente a doutrina entende que há 3 sistemas de processo penal: o inquisitório, o acusatório e o misto, que reúne características dos dois anteriores. O sistema inquisitório foi predominante no século XIII e é marcado pela dominação do investigado por determinadas técnicas como o acúmulo das funções de acusar e julgar, a gestão da prova pelo juiz e o tratamento do investigado como "coisa". O juiz possuía amplos poderes e havia o desprezo ao devido processo legal ao impedir o contraditório e a ampla defesa. No sistema acusatório, o juiz passa a ser um terceiro imparcial, no qual há a separação das funções de acusar, julgar e defender, com liberdade de defesa do acusado e da produção de provas. O acusado se torna um sujeito de direitos, com possibilidade de se defender em juízo.

### Objetivo

O presente resumo expandido visa realizar uma crítica acerca da estrutura mista no sistema processual penal, demonstrando sua ineficácia prática.

### Material e Métodos

Por sua vez, o sistema misto engloba as características do sistema inquisitório na fase pré-processual e as do sistema acusatório na fase processual. O inquérito policial na fase pré-processual e a possibilidade do contraditório e ampla defesa na fase processual são indícios do sistema misto em ação. Entretanto, na prática não ocorre exatamente dessa maneira, visto que, a fase processual, de aspecto acusatório, acaba sendo uma revisão da fase inquisitória. A doutrina mais atual entende que o processo penal no Brasil é essencialmente inquisitório. Conforme Aury Lopes Jr, o fato de haver separação entre quem acusa e quem julga não basta para considerar o sistema acusatório.

### Resultados e Discussão

# III CONGRESSO NACIONAL DE PESQUISA JURÍDICA

## OS DESAFIOS DA SUSTENTABILIDADE DEMOCRÁTICA



Programa de Pós-Graduação  
Meio Ambiente e Desenvolvimento Regional



A estrutura mista do processo penal pode gerar confusão e inconsistências, pois combina elementos do sistema acusatório e do sistema inquisitório. Isso pode levar a desequilíbrios no poder entre acusação e defesa, comprometendo a imparcialidade e a justiça do processo. Além disso, a falta de clareza nas regras e procedimentos pode prejudicar a garantia dos direitos fundamentais dos envolvidos. Sendo o Brasil um país inquisitivo, a imparcialidade rege a consciência do judiciário, implicando ao defensor ter o desafio de começar sendo o derrotado. A abordagem usada foi a crítica no que diz respeito ao marco-teórico sendo teórico-dogmática, baseada em análise jurisprudencial e doutrinária, além de referências literárias buscando equilibrar os interesses do Estado com os direitos individuais dos acusados. Materiais e Métodos.

### Conclusão

O sistema inquisitório foi predominante durante a inquisição e em períodos de maior repressão do Estado e menor liberdade do indivíduo. O Brasil já passou por dois grandes períodos ditatoriais, Estado Novo (1937-1945) e Período Militar (1964-1985), caracterizados pelo totalitarismo e há resquícios desses momentos no processo penal atual. Portanto, o sistema misto no país resta apenas na teoria dado que na prática o sistema penal brasileiro é inquisitório ou neo-inquisitório.

### Referências

LOPES JR, Aury: Direito Processual Penal – Aury Lopes Jr – São Paulo: Saraiva Educação, 2018, p. 47;  
FERRAJOLI, Luigi: Direito e Razão, 3 Ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2010;  
MARICONDE, Alfredo Velez. Direito Processual Penal, 2 Ed. Buenos Aires, Lermer, 1969.